

uma atenção fenomenológica, a receção de textos (de Agostinho, Tomás de Aquino, João Escoto Erígena, Pascásio Radberto, Boaventura), que a tradição tinha lido numa perspetiva metafísica» (p.17), cuja releitura é feita numa perspetiva fenomenológica, conduzida por Jean-Luc Marion e Emmanuel Falque, que, como bem adverte o A., «se inscrevem numa originalidade que suscita polémica» (p. 18). Mas é nessa novidade, nem por isso ilegítima, que o A. pretende investir para, como escreve, «indicar caminhos teológicos promotores» (p.18).

Assumida a originalidade e a polémica, que estes caminhos podem suscitar, o A. adverte os leitores de que «as intuições que acabam de ser expostas (na Introdução) têm repercussões filosóficas (e espirituais) extremamente inconfortáveis» (p. 20). Ele próprio, na qualidade de A., está consciente disso. Mas, ainda assim, conclui: «Todavia, a companhia destes grandes espíritos que são Santo Agostinho, Érígena, Pascásio, Tomás e Boaventura, dever-nos-ia tranquilizar (pelo menos tanto quanto a presença de Rafael reconfortou Tobias) nesta ousada viagem que agora vamos realizar entre as diversas paisagens da fé eucarística» (p.20).

Esta viagem deve entender-se como um ‘ensaio’ de teologia eucarística, que possui ainda algumas daquelas particularidades típicas de uma dissertação académica. De facto, uma primeira versão desta obra foi apresentada, em junho de 2015, no Pontifício Ateneo Sant’Anselmo (Roma), como tese de doutoramento do A., de tal forma que, dela, ainda permanecem quatro anexos e os respetivos agradecimentos. Neste momento, o A., que é padre da Diocese de Fréjus-Toulon, permanece em Roma, onde desempenha a missão de diretor do Pontifício Seminário Francês.

JOAQUIM FÉLIX DE CARVALHO

TEOLOGIA

Roland Minnerath, *Religion, l'heure de vérité* (Paris: Editions Artège, 2015), ISBN 978-2-36040-598-5, 169pp.

O autor, arcebispo de Dijon e professor emérito da universidade de Estrasburgo, com obra conhecida, sobretudo a propósito da relação entre Igreja, sociedade e Estado, recolhe neste volume considerações atuais sobre o estatuto da religião, na sua relação específica com a questão da verdade. A questão transversal é, como noutras obras suas, a da dimensão pública da religião num contexto secularizado, com tendência para a sua redução ao âmbito individual. Colocada esta questão sob o prisma da questão da verdade não a transfere para uma eventual reivindicação teocrática, em nome de uma verdade absoluta de que os crentes fossem proprietários. Pelo contrário, a própria abordagem religiosa da questão implica que “ninguém seja proprietário da verdade” (p. 18), pois nós é que somos possuídos por ela. Em rigor, este é o mote para o conjunto dos capítulos apresentados nesta obra, dividida em três partes.

Na primeira arte, intitulada “A verdade liberta” explora-se, precisamente, um conceito de verdade intrínseco à visão cristã do mundo. Esta introduziu uma alteração significativa na própria concepção de religião, precisamente no sentido da afirmação liberdade pessoal, em nome da verdade. O horizonte deixa de ser o da mera religião civil, para se transformar numa orientação mais fundamental. Isso não anula, contudo, o estatuto cívico e social da religião, nomeadamente no que diz respeito ao processo de reconhecimento e afirmação da liberdade religiosa de sujeitos e de grupos. A base desta concepção está precisamente na referência a um “Reino”

que não permite qualquer redução aos mecanismos imanentes de poder.

Na segunda parte, intitulada “Verdade do Homem”, desenvolve-se uma espécie de antropologia teológica, que parte de uma concepção do humano como sujeito incarnado, sobretudo na mediação do seu corpo, para desenvolver um noção que conjuga, em vez de opor ou simplesmente distinguir, as dimensões da fé e da razão e as dimensões da natureza e da graça. Trata-se, em realidade, de binómios que articulam a própria constituição do humano, não podendo pensar-se como realidades exteriores umas às outras.

Uma terceira e última parte, intitulada “Verdade para a sociedade”, articula as duas anteriores na sua aplicação sociopolítica e, por vezes, também jurídica. Na sua legítima distinção, para não confundir,

a dimensão religiosa e a dimensão temporal referem-se mutuamente e é mesmo impensável uma verdade religiosa sem pertinência para a sociedade.

Num contexto de extrema individualização e mesmo psicologização do religioso, estas reflexões sociopolíticas valem pela sua frontalidade e clareza e também por colocarem em toda a sua envergadura um problema que, nem a teologia nem a comunidade eclesial, em geral, podem contornar. Com a leitura destas páginas compreende-se porque é falsa e artificial a separação das esferas em que se desenrola o quotidiano humano, mesmo nas sociedades denominadas secularizadas. Livro de leitura simples e agradável, não é por isso menos rigoroso e profundo.

JOÃO MANUEL DUQUE